

CORREIO JURÍDICO

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação



Grupo torturava e filmava cães, gatos, coelhos e aves

MPF denuncia esquema internacional de tortura animal

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou à Justiça Federal no Pará integrantes de um esquema internacional de produção, comercialização e compartilhamento de vídeos de tortura animal. As investigações apontaram uma rede que submetia cães, gatos, coelhos e aves a tortura, mutilação e morte para venda das gravações a usuários estrangeiros. A denúncia, feita em 18 de março após a Operação Bestia, da Polícia Federal, mostra que os vídeos eram vendidos em dólar e euro e identificou perfis brasileiros. Um dos acusados está preso; outro é foragido. O MPF imputou crimes de maus-tratos a animais e associação criminosa, sem acordo e pede indenização por danos morais coletivos pela gravidade do caso.

Mudanças na Justiça do Trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que, a partir de 3 de abril, custas e emolumentos da Justiça do Trabalho só serão pagos por Guia de Recolhimento da União (GRU) Digital, disponível no site da Justiça do Trabalho ou pelo Processo Jurídico Eletrônico (PJe). A mudança moderniza a arrecadação, permite pagamentos instantâneos, inclusive via Pix, e aumenta eficiência ao integrar sistemas e reduzir erros e retrabalho.

Divulgação



Aplicativo DPU Cidadão passará a ser DPU Digital

Defensoria Pública muda aplicativo

A partir desta terça-feira (31), a Defensoria Pública da União (DPU) vai substituir o aplicativo "DPU Cidadão" pelo "DPU Digital". A nova plataforma unificará atendimento virtual, consulta processual e notificações sobre Processos de Assistência Judicial (PAJ), sem necessidade de deslocamento às unidades. O sistema será mais leve, compatível com todos os sistemas operacionais e permitirá login pelo Gov.br, mantendo funções de notificações e consultas. Usuários do DPU Cidadão terão migração automática de dados.

Ressarcimento de auxílio ao INSS

A Justiça Federal decidiu que o empregador, o sócio administrador e a empresa de estágios devem ressarcir o INSS pelo auxílio-acidente pago a um estagiário de 17 anos que teve a mão direita amputada quando limpava uma máquina industrial de grande porte de forma irregular. O fato aconteceu em novembro de 2010, na cidade de Guarulhos/SP.

Pena de Multa

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou que a pena de multa continua a ter natureza penal mesmo após o trânsito em julgado da condenação, apesar de poder ser tratada como dívida de valor para fins de cobrança. O prazo prescricional permanece regido pelo Código Penal, e não pelo Código Tributário.

Pena de Multa II

A mudança introduzida no art. 51 do CP não modifica o caráter penal da multa, de modo que a contagem do prazo de prescrição segue o art. 114 do Código Penal, aplicando-se o mesmo prazo da pena privativa de liberdade quando cumulativa. Causas interruptivas/suspensivas seguem regras da dívida ativa.

Uso de símbolos

O Ministério Público Eleitoral (MPE) recomendou que agentes públicos, militares e instituições de segurança da Paraíba não usem fardas, uniformes, insígnias, viaturas ou outros símbolos institucionais em atos ou publicações eleitorais, para evitar propaganda irregular e garantir igualdade entre candidatos.

Uso de símbolos II

A recomendação também pede que órgãos internos divulguem a orientação e adotem medidas disciplinares, ressaltando que o descumprimento pode configurar propaganda irregular ou crime eleitoral, com possibilidade de sanções judiciais, administrativas e disciplinares. As eleições de 2026 ocorrerão em outubro em todo o país.

Conduta racista

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou uma rede de lojas a pagar R\$ 100 mil de indenização a uma operadora de caixa que sofreu racismo por parte do chefe. O superior disse que mostrou a foto de uma pessoa escravizada em "tom de brincadeira", mas o tribunal considerou a conduta como discriminatória.

Penduricalhos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) criaram grupo de trabalho para acompanhar a implementação das novas regras salariais para magistrados e membros do MP. O objetivo é garantir que pagamentos, benefícios e adicionais sejam feitos dentro da lei.



Medicamento com canabidiol ajuda a tratar Parkinson

Proibido o cultivo da cannabis por associações

Produção de medicamentos depende de autorização da Anvisa

Andre Souza

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu na semana passada que associações de pacientes não podem cultivar cannabis medicinal sem regulamentação específica da Anvisa. A decisão reverteu sentença da 1ª Vara Federal de Brusque (SC), que havia autorizado uma entidade voltada ao uso medicinal da substância a importar sementes e cultivar a planta. O nome da associação não foi divulgado.

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu da sentença, defendendo o cumprimento da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) e reforçando que o cultivo só é permitido mediante regulamentação federal. A AGU atua como representante legal da União, orientando órgãos públicos, associações e juízes sobre a aplicação da lei, sem criar novas regras.

Cannabis no Brasil

No Brasil, a produção, o cultivo e a comercialização da cannabis são proibidos, exceto para fins medicinais ou científicos com autorização. Nos últimos anos, pacientes têm recorrido à Justiça para obter produtos à base de cannabis, principalmente medicamentos com canabidiol (CBD), que possuem efeito terapêutico comprovado para algumas doenças neurológicas e crônicas. Decisões judiciais indivi-

duais reconhecem o direito ao uso medicinal, mas não substituem a regulamentação administrativa da Anvisa.

Marco Regulatório

Em fevereiro de 2026, a Anvisa publicou um novo marco regulatório que define regras para toda a cadeia produtiva da cannabis medicinal: cultivo, pesquisa, produção e comercialização de produtos como o canabidiol. As normas exigem controle de qualidade, rastreabilidade, supervisão técnica e autorização formal, além de limitar produção e número de pacientes atendidos por associações sem fins lucrativos. O cultivo ou venda sem autorização permanece proibido. O regulamento também amplia o acesso a tratamentos, define formas de administração — sublingual, bucal, inalatória e tópica — e amplia o público elegível a medicamentos à base de cannabis. Apesar dos avanços, associações que atuam fora da regulamentação ainda enfrentam riscos legais. O novo marco representa um passo importante para estruturar o setor de forma segura e integrada à legislação brasileira, garantindo que o uso medicinal da cannabis e do canabidiol siga normas sanitárias e jurídicas rigorosas. Países como Canadá, Uruguai e EUA permitem cultivo medicinal ou recreativo controlado, além de cânhamo industrial com baixo THC (principal composto psicoativo da cannabis).